

OS EFEITOS DA SECRETARIA DA ECONOMIA CRIATIVA: UMA ANÁLISE PARA AS MESORREGIÕES BRASILEIRAS

Davi Constantino de Oliveira¹
Rosa Livia Montenegro²
Admir Antonio Betarelli Junior³
Rodrigo Gustavo de Souza⁴

Resumo: O conceito de economia criativa vem sendo cada vez mais discutido ao longo dos últimos anos, principalmente por sua capacidade de gerar empregos, atenuar desigualdades sociais e ser uma força motriz para o desenvolvimento de cidades, estados e países. No Brasil, a economia criativa passou a ser tratada como foco a partir da criação da Secretaria da Economia Criativa, em 2012, que teve como objetivo desenvolver esse tipo de atividade em território nacional. O objetivo geral do artigo foi explorar os efeitos da Secretaria da Economia Criativa sobre os empregos dos setores criativos do país no período de 2010 a 2015, utilizando as mesorregiões brasileiras como recorte geográfico. Por meio da análise *shift-share*, foi possível caracterizar o dinamismo dos empregos dos setores criativos de todas as mesorregiões brasileiras, indicando vantagem comparativa especializada (VCE), apontando dinamismo dos empregos criativos; vantagem comparativa não especializada (VCNE), indicando uma tendência ao dinamismo; desvantagem comparativa especializada (DCE), indicando uma tendência à estagnação dos empregos criativos; ou desvantagem comparativa não especializada (DCNE), apontando estagnação dos empregos criativos, em cada uma dessas localidades. Os resultados apontaram efeitos positivos trazidos pela SEC, sendo possível notar diversas mesorregiões com dinamismo dos empregos em setores caracterizados por VCE e VCNE em todo território nacional.

Palavras-chave: Economia criativa. Secretaria da Economia Criativa. Análise *shift-share*. Emprego. Dinamismo.

Abstract: The concept of creative economy has been increasingly discussed over the last few years, mainly for its ability to generate jobs, to mitigate social inequalities and to be a driving force for the development of cities, states and countries. In Brazil, the creative economy started to be treated as a focus after the creation of the Creative Economy Secretariat (SEC), in 2012, which aimed to develop this type of activity in the national territory. The general objective of this monograph was to explore the effects of the Creative Economy Secretariat on jobs in the country's creative sectors from 2010 to 2015, using the Brazilian mesoregions as a geographical cut. Taking use of the shift-share analysis, it was possible to characterize the dynamism of jobs in the creative sectors of all Brazilian mesoregions, indicating specialized comparative advantage (VCE), pointing to the dynamism of creative jobs; unspecialized comparative advantage (VCNE), indicating a trend towards dynamism; specialized comparative disadvantage (DCE), indicating a trend towards stagnation of creative jobs; or unskilled comparative disadvantage (DCNE), indicating stagnation of creative jobs in each of these locations. The results showed positive effects brought by the SEC, being possible to notice several mesoregions with dynamism of jobs in sectors characterized by VCE and VCNE throughout the national territory.

Keywords: Creative Economy. Creative Economy Secretariat. Shift-Share Analysis. Employment. Dynamism.

JEL Code: O35; R11; C19

Área: 1- Teorias, métodos e modelos de economia regional

¹ Economista pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

² Faculdade de Economia e Programa de Pós-graduação em Economia (PPGE/UFJF).

³ Faculdade de Economia e Programa de Pós-graduação em Economia (PPGE/UFJF).

⁴ Faculdade de Economia e Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioeconômico (PPGDSE)– Universidade Federal do Maranhão(UFMA)

1 INTRODUÇÃO

As primeiras ideias sobre o conceito de indústrias criativas surgiram nos anos 1990, principalmente a partir da publicação do relatório Nação Criativa, na Austrália, no ano de 1994, em que estas eram exibidas como um modelo de desenvolvimento pós-industrial (HARTLEY *et al.*, 2013). As indústrias criativas podem ser divididas por suas atividades e setores, contudo, não existe uma classificação comum para essa divisão. Segundo Oliveira, Araujo e Silva (2013), tal discordância deve-se ao fato de cada modelo de classificação levar em consideração diferentes bases setoriais para identificar as indústrias centrais e periféricas dentro da Economia Criativa. Sobre o conceito de economia criativa, não existe consenso para uma definição específica.

O referido conceito é abordado de diferentes formas, tanto em sua caracterização quanto em sua mensuração. De acordo com Hartley (2005), o conceito de Economia Criativa está relacionado à inovação, tomada de risco, novos negócios e *start-ups*, ativos intangíveis e aplicações criativas de novas tecnologias. Oliveira, Araujo e Silva (2013) descrevem a economia criativa como o conjunto de atividades econômicas que dependem do conteúdo simbólico, tanto cultural quanto social, utilizando criatividade para a produção de bens e serviços que interagem com a tecnologia, promovendo inclusão social, diversidade cultural e desenvolvimento humano. As indústrias criativas, por sua vez, são parte da economia criativa, e são responsáveis pela produção dos bens e serviços criativos, que são produtos da criatividade humana, e atuam como veículos de mensagens simbólicas para os seus consumidores, também contendo alguma propriedade intelectual atribuída ao indivíduo ou grupo que os produziram (UNCTAD, 2010).

Desde a década de 1990, a discussão sobre a relevância da economia criativa na economia mundial tornou-se mais relevante conforme as informações e os efeitos da referida economia foram apresentados. Reis *et al.* (2017) apontam que a Organização Internacional do Trabalho (OIT) no ano de 2010 estimou que os bens e serviços decorrentes dos setores criativos correspondiam a 10% do PIB mundial. Também é interessante destacar que, no ano de 2008, em uma conjuntura de crise econômica, enquanto houve uma queda de 12% do comércio internacional, a transação de bens e serviços de criativos aumentou, totalizando um crescimento de 14% entre os anos de 2000 e 2008 (ACCIOLI *et al.*, 2011). Em diversos países, por exemplo, a participação do valor agregado da economia criativa no PIB ultrapassa os 3%, como foi o caso da França (3,4%), Noruega (3,2%), Dinamarca (3,1%) e Finlândia (3,1%) em 2003 (OLIVEIRA; ARAUJO; SILVA, 2013).

No Brasil, a economia criativa ainda é um campo a ser explorado. Todavia, a Economia Criativa vem crescendo em território nacional e desde o início dos anos 2000 vêm ganhando cada vez mais destaque, que pode ser observado principalmente a partir da participação do PIB Criativo no PIB total brasileiro (FIRJAN, 2019). Em 2009, a participação do valor agregado da economia criativa no PIB foi de apenas 1,1% (OLIVEIRA; ARAUJO; SILVA, 2013). Nesse mesmo ano, o PIB Criativo do Brasil correspondia a 2,38% do PIB do País e, desde 2009, observou-se uma tendência ao crescimento, alcançando 2,64%, no ano de 2015 (FERREIRA FILHO, LIMA E LINS, 2019). Em 2017, estimou-se que o PIB Criativo do Brasil correspondeu a um total de R\$ 171,5 bilhões, representando em média 2,61% de toda a riqueza gerada no país, e entre as 27 unidades federativas, observou-se que, para esse mesmo ano, as que mais contribuíram para o PIB Criativo foram São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal e Santa Catarina, com, respectivamente, 3,9%, 3,8%, 3,1% e 2,5% de participação (FIRJAN, 2019). Com a criação da Secretaria de Economia Criativa (SEC) em 2012, foi evidente a preocupação do Governo Federal em relação ao potencial dessas atividades para contribuir com a economia do país (BRASIL, 2011).

A SEC foi criada no ano de 2011, subordinada ao Ministério da Cultura, sendo posteriormente subordinada ao Ministério do Turismo. A secretaria tem como objetivo conduzir

a política pública focada no desenvolvimento local e regional, priorizando o apoio aos profissionais autônomos, aos micros e pequenos empreendimentos criativo (REIS et al., 2017). Entre ações listadas pela SEC em seu planejamento, tem-se como exemplos a institucionalização de territórios criativos (bairros, polos produtivos, cidades e bacias criativas), construção e adequação de marcos legais tributários voltados aos empreendimentos e profissionais criativos brasileiros, fomentar o empreendedorismo em setores criativos, entre outros (BRASIL, 2011). No entanto, mesmo com objetivos claros e proposições assertivas, o Plano da SEC ainda demonstra alguns pontos não muito esclarecidos. Querette (2017) ressalta que, mesmo com o documento explicitando os benefícios do foco na Economia Criativa de um país (crescimento e desenvolvimento econômico), ainda há uma falta de clareza quanto aos objetivos exatos da SEC.

Nesse sentido, a atuação governamental foi benéfica para o crescimento e desenvolvimento da Economia Criativa brasileira. Reis et al. (2017) indicam que, desde a criação da SEC, os recursos públicos repassados para os setores da Economia Criativa aumentaram. A criação da SEC, em 2012, por sua vez, expressava o desejo do Ministério da Cultura (MinC), na época, de construir um novo desenvolvimento para o Brasil, trabalhando em conjunto com os demais ministérios, agências de fomento, universidades, instituições de pesquisas e os estados e municípios do país, prezando pela sustentabilidade e integração de indivíduos e comunidades (BRASIL, 2011). Destarte, a instauração da SEC mostra um interesse em coordenar uma ação ampla de geração de valor agregado e promoção de desenvolvimento nacional e regional através da Economia Criativa (COSTA; SOUZA-SANTOS, 2011).

Destarte, o objetivo deste trabalho será analisar o efeito da criação da Secretaria da Economia Criativa (SEC) sobre a participação dos profissionais da indústria criativa brasileira nas mesorregiões do Brasil, no período de 2010 a 2015. A justificativa para a escolha da análise dos efeitos da SEC sobre a mão de obra criativa no País consiste na importância das discussões sobre o crescimento do total de profissionais empregados na Indústria Criativa brasileira, que representou aproximadamente 1,8% da mão de obra total brasileira entre os anos de 2015 e 2017, com a criação da SEC, em 2012, e suas ações (BRASIL, 2011).

Deste modo, a questão a ser investigada no artigo será: A participação dos profissionais da economia criativa do Brasil foi afetada pela criação da SEC? A hipótese adotada é de que a instituição da SEC seja um dos principais motivos que influenciaram o crescimento do total da mão de obra criativa do País. O objetivo geral do trabalho consiste, portanto, analisar o crescimento das áreas e segmentos da Economia Criativa no Brasil; identificar o perfil de atuação e os eixos estruturais da Secretaria da Economia Criativa; e captar o efeito da SEC sobre a mão-de-obra criativa das mesorregiões brasileiras de acordo com a aplicação do procedimento metodológico de análise estrutural (*shift-share*).

Logo, a motivação para o estudo, a partir da revisão da literatura sobre o tema, refere-se ao destaque da Economia Criativa como um dos fatores para o crescimento e desenvolvimento econômico. O recorte temporal, os anos de 2010 e 2015, consiste nos anos próximos a criação da SEC, permitindo captar os efeitos de sua criação tomando como referência tais períodos. É oportuno ressaltar que a preocupação do Governo Federal com a economia criativa brasileira, principalmente a partir da criação da SEC, pode estar relacionada diretamente ao crescimento supracitado (FIRJAN, 2014, 2016, 2019). Dessa maneira, a motivação do estudo decorre da revisão da literatura sobre o tema, em que destaca a Economia Criativa como um fator importante para o crescimento e desenvolvimento econômico do Brasil.

Para o desenvolvimento da pesquisa, o presente estudo será dividido em sete seções, incluindo a introdução. A segunda seção apresenta o objetivo geral e os específicos deste trabalho. A terceira seção trata das justificativas para a realização da pesquisa. A quarta seção apresenta a revisão de literatura. A quinta seção apresenta uma discussão mais aprofundada sobre a SEC. A sexta seção apresenta a base de dados e a metodologia utilizada.

2 CONCEITO E ESTRATÉGIAS DA INDÚSTRIA CRIATIVA

2.1 Referencial teórico

Existem variadas evidências acerca do potencial das indústrias criativas em atuar de forma significativa para o crescimento da economia de um País (UNCTAD, 2010). Segundo Hartley (2005), a indústria criativa vem sendo discutida desde os anos de 1990, e o conceito e discussões acerca das indústrias criativas, inseridas nesse contexto, é relacionado tanto à importância da inovação, P&D e TICs para o crescimento econômico ao longo das últimas décadas, como ao crescimento da produção e consumo de bens simbólicos.

Para Howkins (2002), a Economia Criativa (termo utilizado como referência para o conceito de indústria criativa) representa a transação de produtos criativos, que por sua vez são as mercadorias dotadas de criatividade que possuem valor econômico, valor intangível e são protegidas por direitos de propriedade intelectual. Por sua vez, as indústrias criativas, segundo o autor, consistem em todas as indústrias que criam propriedade intelectual a partir de seus produtos primários. Ademais, podem ser agrupadas em quinze diferentes setores, de acordo com seu tamanho de mercado e rendimentos, sendo eles Propaganda, Arquitetura, Arte, Trabalhos Manuais, Design, Moda, Cinema, Música, Artes Performativas (teatro, ópera, dança, ballet), Publicações, P&D, Software, Brinquedos e Jogos, Televisão e Rádio, e Jogos Eletrônicos (HOWKINS, 2002).

As definições de indústrias criativas, no entanto, são variadas. Com base em Bendassolli, Wood Jr., Kirschbaum e Cunha (2009), os autores constataram a existência de quatro componentes principais que definem esse conceito. O primeiro é a criatividade como elemento essencial para a geração de bens e serviços. O segundo retrata a cultura em formas e objetos culturais, cujos valores são atribuídos pelo consumidor no ato do consumo e carregam sentidos socialmente compartilhados. O terceiro componente corresponde as indústrias criativas que transformam os bens e serviços fundamentados em criatividade em propriedade intelectual, atribuindo valor econômico a estes. Por último, tem-se a convergência entre artes, negócios e tecnologia caracterizada em componente (BENDASSOLLI; WOOD JR.; KIRSCHBAUM; CUNHA, 2009).

Florida (2012), revisitando sua obra "*The Rise of the Creative Class*", discutiu sobre os trabalhadores que atuam nesses setores da Economia Criativa, os quais são chamados de Classe Criativa. O autor apontou que, diferente da classe operária comum, que são pagos por um trabalho mais rotineiro e até físico, os profissionais da Classe Criativa são pagos, com salários mais altos que os demais profissionais, por suas ideias e habilidades cognitivas e sociais (FLORIDA, 2012).

No Brasil, o governo demonstrou seu interesse à Economia Criativa quando, em 2012, estabeleceu a Secretaria de Economia Criativa (SEC), pelo Ministério da Cultura (REIS et al., 2017). No entanto, foi perceptível a falta de conhecimento sobre todo o potencial da Economia Criativa brasileira, e, desse modo, o interesse em investimentos e esforços para o mapeamento e mensuração desse tipo de atividade em território nacional, teria como objetivo o (re)conhecimento sobre a atuação das indústrias criativas no Brasil e sua relevância para a economia do País.

2.2 Referencial empírico

Estudos como o de Oliveira, Araujo e Silva (2013) e os relatórios divulgados pela Firjan (2014, 2016, 2019) apresentaram estratégias para a mensuração de atividades criativas no Brasil e evidenciam sua importância econômica. Os resultados obtidos nesses trabalhos mostraram a crescente evolução da Economia Criativa no país ao longo do tempo, evidenciando sua importância na geração de renda e empregos. No âmbito regional, tem-se, por exemplo, trabalhos como o de Bendassolli (2007), que além de ser o pioneiro em investigar o aspecto de mensuração da Economia Criativa nacional, teve como objetivo mapear as indústrias criativas do estado de São Paulo.

No âmbito internacional, estudos como os de Francis (2015) e Shafi, Sirayi e Abisuga-Oyekunle (2020) analisaram a Economia Criativa em uma perspectiva regional, abordando o crescimento e contribuição das Indústrias Criativas para as economias Trinidad e Tobago e África do Sul, respectivamente. Outro exemplo é representado por Gouvea et al. (2020), em que os autores analisam empiricamente uma amostra de 160 países e suas relações entre inovação, empreendedorismo e Economia Criativa, a partir de ferramenta econométrica.

Já Shafi, Sirayi e Abisuga-Oyekunle (2020) procuraram identificar quais setores das Indústrias Criativas sul-africanas mais contribuem para o desenvolvimento econômico do país, e quão importante estes são para a criação de empregos e ganhos internacionais. Os autores concluíram que as Indústrias Criativas são de fato relevantes para a economia da África do Sul, contudo, ainda não apresentaram um desempenho consistente ao longo dos anos que seja capaz de contribuir significativamente para o crescimento de oportunidades de emprego e de vantagens competitivas internacionais.

Gouvea *et al.* (2020) realizam a análise multivariada para investigar a relação entre as atividades criativas, o empreendedorismo (social ou não) e a criatividade, em uma amostra de 160 países. Os resultados apresentaram diferentes comportamentos distintos e significativos para as variáveis analisadas entre os países que fazem parte da OECD (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) e os que não faziam parte, corroborando com a hipótese multidisciplinar da indústria criativa e seus efeitos para a economia dos países.

Com relação à Economia Criativa no Brasil, os estudos de Oliveira, Araújo e Silva (2013) e da Firjan (2014, 2016, 2019), realizaram uma análise mais específica quanto ao tamanho das indústrias criativas brasileiras e sua participação na economia. Para Oliveira, Araujo e Silva (2013) o mercado formal da economia criativa no Brasil foi investigado sob a ótica de dois recortes, isto é, se o setor de atuação da empresa é típico ou não da economia criativa (setorial) e se a ocupação do trabalhador é típica ou não da economia criativa (ocupacional). Os resultados indicam que o tamanho da Economia Criativa brasileira variava entre 1,2% e 2% do PIB brasileiro e, o Valor Agregado da economia criativa cresce mais rápido que o resto da economia, e que os trabalhadores criativos apresentam mais escolaridade e recebem salários maiores.

Quanto ao aspecto do papel de políticas públicas e seus efeitos sobre setores que potencializam os segmentos criativos, o trabalho de Kannebley Junior e Porto (2012) que investigou o impacto de leis de incentivo à tecnologia sobre o segmento de P&D&I. Os autores investigaram a Lei da Informática e a Lei do Bem, entre os anos de 2001 a 2008 no Brasil, com base nos dados da Pesquisa de Inovação Tecnológica (PINTEC) e da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) para a identificação das atividades. No caso da Lei do Bem, observou-se que esse mecanismo não atinge empresas de menor porte como deveria, mesmo que estas já invistam em tecnologia.

Bendassolli (2007) teve como objetivo criar um panorama geral das indústrias criativas presentes no Brasil, e, mais especificamente, no estado de São Paulo. Suas conclusões mostraram, por exemplo, que as indústrias criativas representaram 6,2% de todas as empresas atuantes no País e 5,7% das ocupações, e que mesmo empregando 5,7% da população economicamente ativa do país pagavam relativamente mais do que os outros setores da economia brasileira. No que se trata do estado de São Paulo, foi constatado que, em 2003, havia mais de 16 mil empresas de cultura atuando no estado, empregando quase 138 mil pessoas, correspondendo a 1% do PIB paulista.

Sob a abordagem quantitativa, De Figueiredo et al. (2019) buscaram desenvolver um índice do potencial da economia criativa para as capitais dos estados brasileiros, calculado a partir de três dimensões: Talento, Atratividade e Conectividade, e Ambiente Cultural e Empreendedorismo Criativo. Para isso, os autores utilizaram de dados sobre capital humano, empregos criativos, IDH, Incentivo Público à Cultura, entre outros, disponíveis em bases como

as do IBGE e INEP, por exemplo. Uma vez calculadas as dimensões desse indicador para cada estado e aplicando diferentes pesos a esses resultados, os autores conseguiram elaborar uma pontuação e um ranking das capitais com maior potencial de desenvolvimento da economia criativa. Florianópolis (SC) foi a cidade que apresentou a maior pontuação, seguida por Vitória (ES) e São Paulo (SP), respectivamente.

O presente artigo, por sua vez, demonstra, de forma exploratória, por meio de uma aplicação do Método Diferencial Estrutural, o comportamento da variação dos empregos de determinados setores criativos no período entre 2010 e 2015, em todas as 137 mesorregiões brasileiras. Dessa forma, é possível obter percepções quantitativas acerca do impacto da Secretaria da Economia Criativa, que foi criada, esteve em vigor e foi desativada nesse recorte de tempo, sobre o desenvolvimento das indústrias criativas nacionais, de forma mais ampla e detalhada. Além disso, também se pode, a partir dos resultados, identificar desigualdades em relação ao dinamismo desses empregos criativos entre as mesorregiões, e, conseqüentemente, em todo o país.

3 SECRETARIA DA ECONOMIA CRIATIVA: CONCEITO E OPORTUNIDADES PARA OS SETORES CRIATIVOS

A Secretaria da Economia Criativa (SEC), objeto central da pesquisa, foi aprovada pelo Decreto nº 7.7743, de 31 de maio de 2012, como integrante da estrutura do Ministério da Cultura (MinC), do Governo Federal. A SEC tinha como principal competência propor, conduzir e subsidiar a elaboração, implementação e avaliação de planos e políticas públicas para o desenvolvimento da economia criativa brasileira (BRASIL, 2012). De acordo com o Plano da Secretaria da Economia Criativa (2011), publicado antes da instauração da secretaria, a principal missão da SEC foi o de conduzir a formulação, a implementação e o monitoramento de políticas públicas para o desenvolvimento local e regional, priorizando o apoio e o fomento aos profissionais e aos micros e pequenos empreendimentos criativos brasileiros (BRASIL, 2011).

Querette (2017), ao enxergar essa mesma problemática, comenta que enquanto a Economia Criativa definida segundo o DCMS estava sujeita a políticas de intervenção e regulamentação econômica do setor cultural, a Economia Criativa definida pela SEC estaria sujeita a políticas de consolidação de identidade, preservação de patrimônio e difusão e produção cultural. Todavia, a SEC foi extinta em 2014 pelo governo federal, apenas dois anos após sua instituição (LEITÃO; MACHADO, 2016). Ainda de acordo com Leitão e Machado (2016), o encerramento das atividades da SEC acabou criando obstáculos para o Brasil na construção de outro modelo de desenvolvimento econômico oriundo da cultura, bem como na formulação de políticas pautadas em sustentabilidade, diversidade cultural e inclusão social.

Mesmo com a extinção da SEC, pelo Decreto nº 8.837, de 2016 (BRASIL, 2016), e a com a recente dissolução do MinC, o governo federal ainda demonstra interesse na Economia Criativa do País, mantendo ativa a Secretaria Nacional da Economia Criativa e Diversidade Cultural, vinculada ao Ministério do Turismo (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2021). Dessa forma, ainda que com uma breve atuação, percebe-se a importância da SEC para a economia criativa brasileira, que, por sua vez, ganhou bastante visibilidade desde então, permitindo evidenciar novas possibilidades de caminhos para o crescimento e desenvolvimento econômico. Assim, o presente artigo pretende analisar os efeitos da SEC sobre o Brasil e averiguar sua importância mediante a sua capacidade sob a geração de empregos e respectivos efeitos regionais.

4 METODOLOGIA E BASE DE DADOS

Posto que a presente pesquisa tem como objetivo analisar o efeito da SEC sobre a composição dos profissionais da economia criativa brasileira, o método apropriado para esse objetivo refere-se a Análise Diferencial-Estrutural (ou análise *shift-share*). A metodologia supracitada permite descrever o crescimento econômico de uma região nos termos de sua

estrutura produtiva em um determinado período (SIMÕES, 2005). Assim, por intermédio da base de dados da RAIS, que registra informações da atividade trabalhista do país (RAIS, 2021), juntamente da CNAE 2.0 para a classificação e identificação das atividades criativas, foi possível determinar, entre 137 mesorregiões geográficas (IBGE, 1990) e os mais de 15 divisões e 60 grupos de atividades criativas (ADDUCI; NOVAIS 2019)⁵, se houve ou não crescimento econômico, a partir da criação da SEC, nos locais de interesse, realçando também suas atividades e eficientes, a partir da análise da variação do emprego (PEREIRA, 1997).

4.1 Metodologia

De acordo com Simões (2005), o método de Análise Diferencial-Estrutural original subdivide o crescimento do emprego regional em duas variações substantivas: a variação estrutural, que representa o montante adicional, positivo ou negativo, que determinada região poderá obter como resultante de sua composição estrutural; e a variação diferencial, que indica o montante positivo (ou negativo) que a região *j* conseguirá porque a taxa de crescimento em determinado(s) setor(es) for maior (ou menor) nesta região do que na média. Pereira (1997) ainda denota que a soma dessas variações resulta na variação total, que mede a diferença entre o crescimento real ou efetivo apresentado pela região e o crescimento teórico ou aquele que a região deveria apresentar caso evoluísse à mesma taxa do país com um todo. Galet (2011), ao utilizar a mesma análise para caracterizar a economia de Maringá (PR) frente à economia paranaense, descreveu a metodologia pelos seguintes processos: A variação total do emprego do setor *i* da região *j* (ΔE_{ij}) é igual ao nível de emprego no fim do período analisado (E_{ij}^t) menos o nível de emprego no início desse período:

$$(E_{ij}^0): \Delta E_{ij} = E_{ij}^t - E_{ij}^0 \quad (1)$$

A variação real do emprego do setor *i* da região *j* também pode ser expressa em termos do emprego do ano inicial, multiplicando por sua taxa de variação no período:

$$\Delta E_{ij} = E_{ij}^0 e_{ij}, \text{ onde } e_{ij} = (E_{ij}^t - E_{ij}^0)/E_{ij}^0 \quad (2)$$

Se e_{ij} é a taxa de variação do emprego no setor *i*, a taxa de variação do emprego nacional é dada por $e_i = [(E^t - E^0)/E^0]$. Caso se some e subtraia as duas taxas, tem-se, ao final:

$$\Delta E_{ij} = (E_{ij}^0 e_{ij}) + E_{ij}^0 (e_i - e) + E_{ij}^0 (e_{ij} - e_i) \quad (3)$$

Substituindo (3) em (1), tem-se que a variação real do emprego do setor *i* na região *j* é igual à variação teórica ($E_{ij}^0 e_{ij}$), mais a variação estrutural $E_{ij}^0 (e_i - e)$ e a variação diferencial $E_{ij}^0 (e_{ij} - e_i)$.

$$(E_{ij}^t - E_{ij}^0) = (E_{ij}^0 e_{ij}) + E_{ij}^0 (e_i - e) + E_{ij}^0 (e_{ij} - e_i) \quad (4)$$

De acordo com Pereira (1997), quando a variação real for igual à teórica, o setor *i* da região *j* terá tido seu crescimento idêntico ao do setor do nível nacional, com um crescimento igual à média nacional. Se a variação estrutural for positiva, o setor *i* nacional cresce acima da média da economia do país como um todo. E caso a variação diferencial, que indica a existência ou não de vantagens locacionais, seja positiva, é possível dizer que o setor *i* nacional cresce acima da média da economia do país como um todo (PEREIRA, 1997). Por fim, o efeito total, ou variação líquida setorial (T_{ij}), é dado pela diferença entre a variação real e a variação teórica do emprego, igual à soma dos efeitos estrutural e diferencial:

$$(T_{ij} = (E_{ij}^t - E_{ij}^0) - (E_{ij}^0 e_{ij}) = E_{ij}^0 (e_i - e) + E_{ij}^0 (e_{ij} - e_i) \quad (5)$$

Pereira (1997) então conclui que haverá efeito proporcional positivo quando $e_i > e$ (setor *i* crescer mais que a média de crescimento das indústrias do estado ou país), e que a presença de efeito diferencial positivo existirá quando $e_{ij} > e_{ij}$ (setor *i* crescer mais na região do que no

⁵ Nesse estudo, os autores buscaram definir e analisar a economia criativa no estado de São Paulo, utilizando a CNAE 2.0 para a identificação e definição das atividades criativas de interesse. Da mesma forma, é possível utilizar essa mesma classificação de atividades para um estudo mais abrangente voltado a todo território nacional.

conjunto do estado ou país). As relações apresentadas até então fornecem os efeitos estruturais e diferenciais para um setor específico da região j , e se aplicadas para todos os setores da região j e para todas as regiões, fornecem a variação líquida total das regiões ($\sum_i T_{ij}$) com os efeitos estruturais (P_{ij}) e diferenciais (D_{ij}) totais (GALETE, 2011):

$$\sum_i T_{ij} = \sum_i P_{ij} + \sum_i D_{ij} \quad (6)$$

Contudo, apesar da utilidade do método, houve, com o passar dos anos, a necessidade de algumas modificações com a finalidade de expandir a utilização da análise. As alterações mais consideráveis são as propostas por Stilwell (1969), Esteban-Marquillas (1972) e Herzog e Olsen (1977), visando minimizar as limitações metodológicas do método e melhorar os resultados empíricos das pesquisas (GALETE, 2011). Stilwell propõe uma mudança no cálculo do efeito proporcional, utilizando o pessoal ocupado no final do período (E_{ij}^t), e não mais no início (E_{ij}^0). Para obter o novo cálculo do efeito proporcional, é adotado E_{ij}^t como peso e medida a diferença entre um e outro como indicador da mudança na composição do emprego (PEREIRA, 1997):

$$T_{ij} = E_{ij}^t \left(\frac{1}{e_i} - \frac{1}{e_{ij}} \right) \quad (7)$$

A variação proporcional modificada M_{ij} , por sua vez, é obtida através da diferença entre a variação proporcional revertida T_{ij} e a variação proporcional original P_{ij} , indicando, assim, a variação líquida resultante na estrutura do emprego entre os dois períodos.

$$M_{ij} = T_{ij} - P_{ij} \quad (8)$$

Por fim, tem-se que a variação diferencial residual RD_{ij} é dada, a partir do valor do efeito diferencial original D_{ij} , por:

$$RD_{ij} = D_{ij} - M_{ij} \quad (9)$$

As modificações propostas por Esteban-Marquillas acrescentaram aos efeitos proporcional e diferencial o efeito alocação, a fim de analisar os componentes de crescimento de uma região (PEREIRA, 1997). Assim, com o objetivo de eliminar a influência estrutural decorrente da distribuição setorial do pessoal ocupado do ano inicial no cálculo do efeito diferencial $E_{ij}^0 (e_{ij} - e_i)$, criou-se o chamado emprego homotético: $\hat{E}_{ij}^0 = E_{ij}^0 (E_i^0 / E^0)$ (10)

Nesse caso, \hat{E}_{ij}^0 é o emprego homotético do setor i da região j no ano inicial, E_{ij}^0 é o pessoal ocupado da região j no ano inicial, E_i^0 é o pessoal ocupado no setor i do país no ano inicial, e E^0 é o pessoal ocupado do país no ano inicial (PEREIRA, 1997). Ao se utilizar do emprego homotético para obter o efeito competitivo D'_{ij} , este perderá a influência do efeito proporcional, definindo a posição competitiva pura (GALETE, 2011):

$$D'_{ij} = \hat{E}_{ij}^0 (e_{ij} - e_i) \quad (11)$$

O efeito alocação proposto por Esteban-Marquillas é a diferença entre a posição competitiva hipotética e a posição competitiva pura ($D_{ij} - D'_{ij}$), e pode ser escrita como:

$$A_{ij} = (E_{ij}^0 - \hat{E}_{ij}^0) (e_{ij} - e_i) \quad (12)$$

Por meio do efeito alocação, pode-se verificar se a região j está especializada ou não nos setores pelos quais tenha melhores vantagens comparativas. Pelo sinal do efeito alocação, será possível obter quatro situações diferentes para análise, como é exemplificado no Quadro 1.

Quadro 1 – Efeito alocação e componentes

Definição	Efeito Alocação	Componentes	
		Especialização ($E_{ij}^0 - \hat{E}_{ij}^0$)	Vantagem Competitiva ($e_{ij} - e_i$)
Desvantagem competitiva, especializada	-	+	-
Desvantagem competitiva, não especializada	+	-	-
Vantagem competitiva, não especializada	-	-	+
Vantagem competitiva, especializada	+	+	+

Fonte: Silva (1997)

Dessa forma, somando-se o efeito estrutural original, o efeito competitivo e o efeito alocação, obtém-se a variação líquida total, como se segue: $VLT = P_{ij} + D'_{ij} + A_{ij}$ (13)

A variação líquida total também pode ser escrita por: $VLT = E_{ij}^0(e_i - e) + \hat{E}_{ij}^0(e_i - e) + (E_{ij}^0 - \hat{E}_{ij}^0)(e_{ij} - e_i)$ (14)

Por fim, as modificações realizadas por Herzog e Olsen foram feitas a partir das contribuições de Esteban-Marquillas, utilizando a proposta de Stilwell, na qual se utiliza o emprego do final do período (E_{ij}^t) no lugar do emprego do início (E_{ij}^0) (PEREIRA, 1997). Dessa forma, Herzog e Olsen chegaram a uma nova equação da variação total líquida, que seria igual ao efeito estrutural, ainda ponderado pelo emprego do ano base, mais o efeito diferencial puro (ou efeito competitivo), agora modificado, e o novo efeito alocação (GALETE, 2011):

$$VLT = P_{ij} + D'_{ij} + A_{ij} = E_{ij}^0(e_i - e) + (2E_{ij}^0 - E_{ij}^t + \hat{E}_{ij}^t - \hat{E}_{ij}^0)(e_{ij} - e_i) + (E_{ij}^t - \hat{E}_{ij}^t - E_{ij}^0 + \hat{E}_{ij}^0)(e_{ij} - e_i) \quad (15)$$

As possíveis definições que o efeito alocação pode obter podem ser resumidas no quadro abaixo:

Quadro 2 - Efeito alocação e componentes modificados

Definição	Efeito Alocação	Componentes	
		Especialização ($E_{ij}^t - \hat{E}_{ij}^t$) - ($E_{ij}^0 - \hat{E}_{ij}^0$)	Vantagem Competitiva ($e_{ij} - e_i$)
Desvantagem competitiva, especializada	-	+	-
Desvantagem competitiva, não especializada	+	-	-
Vantagem competitiva, não especializada	-	-	+
Vantagem competitiva, especializada	+	+	+

Fonte: Silva (1997)

Nesse sentido, por intermédio do método exposto acima, será possível analisar os efeitos da criação da SEC sobre os setores criativos no Brasil, avaliando e comparando o crescimento do nível de emprego destes em relação uns aos outros e em relação ao nível nacional. Além disso, a análise diferencial-estrutural também permitirá identificar a presença ou ausência de setores dinâmicos, com ou sem vantagens competitivas.

4.2 Base de dados

Com base no objetivo do artigo, bem como a estrutura metodológica, a base de dados que será utilizada abrangerá as informações da RAIS/MTE. Dessa forma, será possível definir o número de vínculos ativos de empregos formais dos estabelecimentos a cada ano, utilizando também a classificação da CNAE 2.0 para a identificação e especificação das atividades criativas analisadas. Nesse sentido, a partir dos resultados apresentados a análise consistirá na investigação das mudanças no número de empregos das regiões analisadas, durante o período de 2010 a 2015, com a finalidade de verificar os efeitos da criação da SEC.

Ademais, o recorte espacial observado será o das 137 mesorregiões brasileiras (IBGE, 1990). A utilização de unidades regionais mais desagregadas na análise permitirá captar mais nitidamente as variações do emprego em diversas divisões do território nacional durante o período especificado. Ao contrário, caso fossem utilizadas as 27 unidades federativas, que representam o conjunto de territórios muito mais agregado e que poderiam prejudicar e ocultar resultados mais específicos no âmbito regional. É importante ressaltar que seria possível utilizar o recorte das microrregiões brasileiras, que somam um total de 558 (IBGE, 1990). Contudo, como são unidades muito mais fracionadas que as mesorregiões, a análise poderia captar variações no emprego muito pouco significativas ou incluir regiões irrelevantes para o panorama total do estudo. Dessa forma, optou-se pelo uso da unidade espacial da mesorregião.

Os setores, por sua vez, foram escolhidos de acordo com o que o Plano da Secretaria da Economia Criativa definiu como atividades criativas, baseando-se nas definições já existentes da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) (BRASIL, 2011).

A definição destacada pelo MinC, por seu turno, é baseada no escopo dos setores criativos proposto pela UNESCO, que define tanto um núcleo principal de atividades criativas quanto setores criativos relacionados. Portanto,

a partir dessas informações e com base nas classificações da CNAE 2.0⁶ para atividades econômicas (IBGE, 2007), no artigo foram selecionados os setores criativos do Quadro 3. Desse modo, pelos mesmos motivos que as mesorregiões foram escolhidas como recorte espacial, as Divisões da CNAE 2.0 foram escolhidas para definir o recorte de atividades criativas para a análise. Em outras palavras, a escolha das atividades econômicas mais desagregadas permitirá captar variações significativas em seu nível de emprego de uma determinada região. Do mesmo modo, caso fosse utilizado um recorte de atividades mais desagregado, poderia haver, por exemplo, a possibilidade de alguma dessas atividades não apresentar um número relevante de vínculos em alguma região, fazendo com que resultados irrisórios ou inexistentes fossem adicionados à análise final do estudo.

Quadro 3 – Síntese dos setores criativos selecionados

SEÇÃO	DIVISÃO
C - INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	13 - FABRICAÇÃO DE PRODUTOS TÊXTEIS
	14 - CONFEÇÃO DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS
	15 - PREPARAÇÃO DE COUROS E FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE COURO, ARTIGOS PARA VIAGEM E CALÇADOS
	18 - IMPRESSÃO E REPRODUÇÃO DE GRAVAÇÕES
	32 - FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DIVERSOS
J - INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	58 - EDIÇÃO E EDIÇÃO INTEGRADA À IMPRESSÃO
	59 - ATIVIDADES CINEMATOGRAFICAS, PRODUÇÃO DE VÍDEOS E DE PROGRAMAS DE TELEVISÃO; GRAVAÇÃO DE SOM E EDIÇÃO DE MÚSICA
	60 - ATIVIDADES DE RÁDIO E DE TELEVISÃO
	61 - TELECOMUNICAÇÕES
	62 - ATIVIDADES DOS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
M - ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS	63 - ATIVIDADES DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO
	71 - SERVIÇOS DE ARQUITETURA E ENGENHARIA; TESTES E ANÁLISES TÉCNICAS
	72 - PESQUISA E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO
	73 - PUBLICIDADE E PESQUISA DE MERCADO
R - ARTES, CULTURA, ESPORTE E RECREAÇÃO	74 - OUTRAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS
	90 - ATIVIDADES ARTÍSTICAS, CRIATIVAS E DE ESPETÁCULOS
	91 - ATIVIDADES LIGADAS AO PATRIMÔNIO CULTURAL E AMBIENTAL

Fonte: elaboração própria.

5 RESULTADOS

Com a finalidade de analisar o desempenho do emprego cujos setores da indústria criativa foram selecionados na seção anterior, será apresentado a seguir os resultados da aplicação do método de Análise Diferencial-Estrutural (*shift-share*). Antes da análise dos resultados, é oportuno ressaltar o panorama da mão de obra criativa brasileira empregada nas áreas selecionadas. A partir da análise descritiva, foi possível notar um crescimento considerável desde o início dos anos 2000 até períodos recentes. No ano de 2004, o total de empregados na Indústria Criativa brasileira era de aproximadamente 469.800, tendo como principais expoentes as áreas de Consumo e Tecnologia, que empregaram, respectivamente, 211.500 e 150.900 profissionais (FIRJAN, 2014). Já em 2017, mais de 10 anos depois, o total de empregos na Indústria Criativa do país foi de 837.206, ainda tendo como principais expoentes as áreas de Consumo e Tecnologia, empregando, respectivamente 366.352 e 310.439 profissionais (FIRJAN, 2019).

Ao se observar a participação dos profissionais criativos na Indústria Criativa nacional, tem-se que, em 2010, a área que apresentou maior participação foi Design, com 43%, enquanto outras áreas como Publicações, Publicidade e Arquitetura apresentaram, respectivamente, 17%, 13% e 18% de participação (OLIVEIRA; ARAUJO; SILVA, 2013). Em 2017, as áreas que apresentaram maior participação foram Consumo e Tecnologia, com, respectivamente 43,8% e 37,1%, enquanto outras áreas como Cultura e Mídia, por sua vez, apresentaram, respectivamente 7,7% e 11,4% de participação (FIRJAN, 2019).

⁶ A CNAE 2.0, por sua vez, é organizada hierarquicamente, dividido em níveis de grupamentos mais agregados até grupamentos muito desagregados. No primeiro nível, tem-se as Seções, com 21 grupamentos; no segundo nível, as Divisões, com 87 grupamentos; no terceiro nível estão os 285 grupamentos dos Grupos; no quarto nível tem-se os 673 grupamentos das Classes; e por fim, no quinto nível, estão as Subclasses, com 1301 grupamentos (IBGE, 2007).

Mais especificamente, entre essas quatro grandes áreas da indústria criativa nacional, tem-se alguns segmentos notoriamente expressivos no que se trata de geração de empregos e salário médio. O segmento de Publicidade & Marketing em 2017, por exemplo, empregou 150.794 profissionais, de um total de 366.352 de toda a área de Consumo, além de apresentar uma média salarial de R\$ 6.653, um valor superior à média salarial da área (FIRJAN, 2019). Outros segmentos relevantes dentro da economia criativa brasileira são, por exemplo, o Editorial, da área de Mídias, e P&D, da área de Tecnologia. Ambos os setores de atividade empregam pelo menos 50% dos profissionais de suas respectivas áreas, com 54.678 de um total de 95.562, e 156.012 de um total de 310.439 (FIRJAN, 2019).

Ademais, é interessante notar que a participação dos empregos criativos no total de empregos na grande maioria dos estados brasileiros também aumentou com o passar dos anos. Em estados como São Paulo, Santa Catarina, Ceará e Tocantins, por exemplo, a participação dos empregados criativos no total de empregados do estado em 2004 foi de, respectivamente, 2%, 1,5%, 1% e 0,7%, passando, em 2017, para 2,5%, 2,1%, 1,4% e 1,1% (FIRJAN, 2014, 2019). O total da Indústria Criativa no mercado de trabalho nacional, em 2004, foi de 1,5%, enquanto em 2017 foi de 1,8% (FIRJAN, 2014, 2019). Por fim, analisando a média salarial desses trabalhadores, ainda neste período, podemos notar mudanças interessantes. No ano de 2004, a média salarial nacional do trabalhador criativo girava em torno de R\$ 4.323, enquanto em 2017, essa média saltou para R\$6.801 (FIRJAN, 2014, 2019). Observando mudanças dentro das áreas criativas, é relevante destacar a variação positiva no salário médio durante esse período. Em 2004, o salário médio na área de Consumo, Cultura, Mídias e Tecnologia era de, respectivamente, R\$ 3.619, R\$ 1.962, R\$ 2.670 e R\$ 6.688, aumentando para R\$ 5.841, R\$ 3.237, R\$ 4.069 e R\$ 9.518, em 2017 (FIRJAN, 2014, 2019).

A partir da análise prévia, observou-se a evolução do emprego dos setores nas mesorregiões, de acordo com o seu dinamismo no período especificado e, que pode ser caracterizado de quatro formas, a saber: setores nos quais as mesorregiões apresentam vantagem comparativa especializada (VCE), apontando dinamismo dos empregos criativos; setores que possuem vantagem comparativa não especializada (VCNE), indicando uma tendência ao dinamismo; setores que possuem desvantagem comparativa especializada (DCE), indicando uma tendência à estagnação dos empregos criativos; e setores nos quais as mesorregiões apresentam desvantagem comparativa não especializada (DCNE), apontando estagnação dos empregos criativos.

Com base nas quatro configurações supracitadas, os resultados cuja análise foi realizada de forma mais agregada, em que as mesorregiões foram agrupadas em suas respectivas regiões, como observado abaixo no Quadro 4 e Gráfico 1. Ademais, foi possível observar que a criação da SEC surtiu efeitos positivos no desempenho do emprego dos setores criativos brasileiros durante o período de 2010 a 2015. Mesmo com a existência de 858 setores com desvantagens comparativas entre as mesorregiões estudadas, tanto especializadas quanto não especializadas, o País apresentou 1.471 setores, de um total de 2.329, com vantagens comparativas, indicando tanto dinamismo dos empregos criativos quanto uma tendência ao dinamismo deles, sob o período em análise. Entre as cinco macrorregiões brasileiras, a que apresenta um maior total absoluto de setores com VCE entre suas mesorregiões é a região Nordeste, sendo possível observar 105 pontos de dinamismo. Essa mesma região também é a que mais apresenta observações de VCNE, apresentando um total de 386 setores com tendência ao dinamismo

Quadro 4 – Observações do dinamismo dos setores das mesorregiões por macrorregião (2010-2015)

Estados	VCE	VCNE	DCE	DCNE	Total
Norte	75	131	50	84	340
Nordeste	105	386	85	138	714

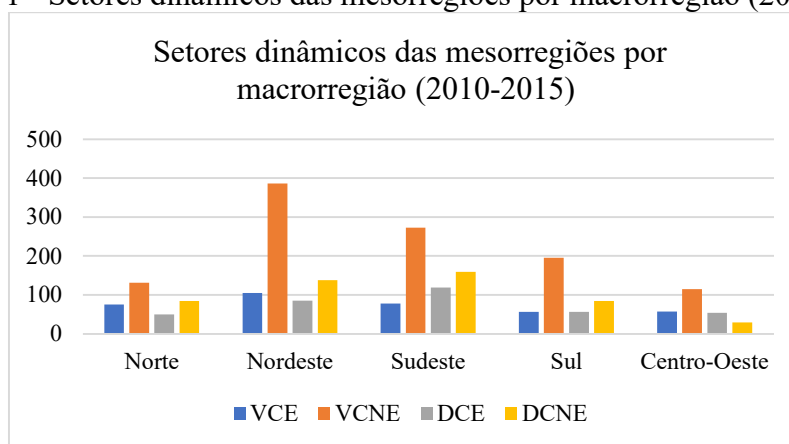
Sudeste	78	273	119	159	629
Sul	56	195	56	84	391
Centro-Oeste	57	115	54	29	255
Total	371	1100	364	494	2329

Fonte: elaboração própria.

O resultado apresentado converge com alguns dos objetivos estabelecidos pela SEC em sua criação, como o fomento técnico e financeiro voltado para negócios e empreendimento dos setores criativos e a formação para competências criativas de modo a promover a inclusão produtiva (BRASIL, 2011). No entanto, ao questionar-se o motivo do crescimento desse dinamismo, principalmente em mesorregiões de uma região afastada do eixo Sul-Sudeste, com um histórico de baixos investimentos, tem-se que algumas medidas adotadas pela SEC possam ter tido impacto direto nesse desenvolvimento.

Uma das medidas que mais beneficiou a economia criativa nordestina, por exemplo, foi a instituição dos Arranjos Produtivos Locais (APLs), que podem ser definidos como aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais, com o foco em um conjunto específico de atividades oriundas dos setores culturais e criativos, que apresentam vínculos produtivos e institucionais (LEITÃO; MACHADO, 2016). Na época, foram promovidos 27 APLs em todo território nacional, atuando em frentes como Moda e Confecção, Festas Populares, Festas Populares, Audiovisual, Design e Games, e Artesanato, sendo que 8 deles se localizavam em estados nordestinos (LEITÃO; MACHADO, 2016). No total, os APLs atendidos, por sua vez, cobriram 216 municípios nas 5 macrorregiões brasileiras, concentrando 2.064 empreendimentos criativos e gerando 91.227 postos de trabalho (LEITÃO; MACHADO, 2016).

Gráfico 1 - Setores dinâmicos das mesorregiões por macrorregião (2010–2015)



Fonte: elaboração própria.

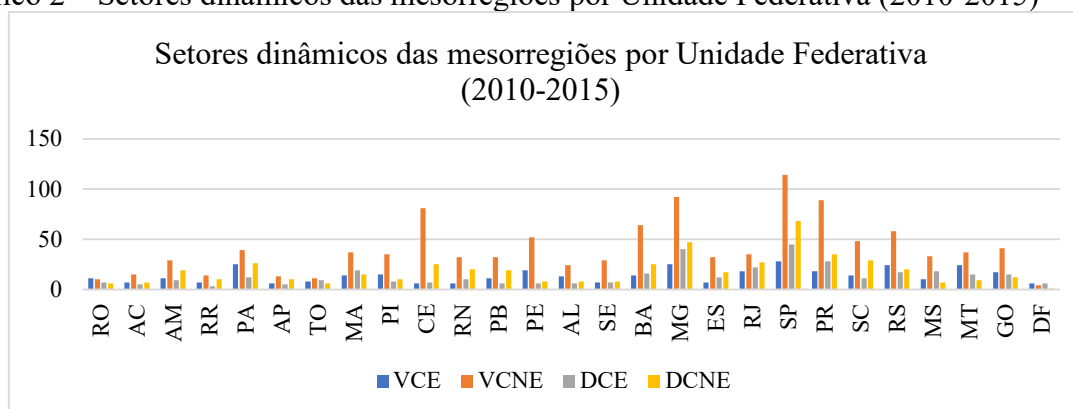
No que se trata de desvantagens competitivas, a região que mais apresenta mais mesorregiões com tendência à estagnação e estagnação dos empregos criativos entre os seus setores é a Sudeste. É possível observar, aqui, um total de 119 setores com DCE e 159 setores com DCNE. Mesmo tendo regiões selecionadas como localidades de APLs pela SEC, ao contrário da região Nordeste, a região Sudeste não apresentou resultados expressivos no dinamismo dos empregos de seus setores criativos. É interessante notar que, apesar da região abrigar enormes centros urbanos e cidades economicamente relevantes, como a própria cidade de São Paulo, por exemplo, diversos APLs se localizavam no interior da região, como o da Zona da Mata, no interior de Minas Gerais, e o Cultural Caipira, no interior do estado de São Paulo (LEITÃO; MACHADO, 2016).

No entanto, ainda que as mesorregiões dessa região não tenham apresentado bons resultados de vantagens competitivas de seus setores criativos, é pertinente destacar que o

Sudeste ainda recebe grandes fontes de investimentos, não necessitando diretamente da SEC para promover empregos e renda oriundos dessas atividades, ao contrário de outras localidades do país. Vale ressaltar também que em 2010, a região concentrava grande parte dos empregos criativos do país (LEITÃO; MACHADO, 2016), então uma queda no dinamismo dos seus setores criativos ao longo dos anos não expressa somente a redução bruta de seus empregos, mas também pode significar uma quebra na concentração e centralização da economia criativa brasileira em uma só zona do país.

Pode-se também perceber características mais distintas em relação ao dinamismo dos setores dessas mesorregiões ao analisá-las agrupando-as em suas respectivas unidades federativas. Conforme o Gráfico 2, é possível notar que os estados brasileiros, no geral, apresentam resultados positivos em relação ao dinamismo dos empregos criativos.

Gráfico 2 – Setores dinâmicos das mesorregiões por Unidade Federativa (2010-2015)



Fonte: elaboração própria.

Roraima e Distrito Federal são as duas unidades federativas com maior proporção de setores com VCE em relação ao total mesorregiões presentes em seus estados. Entre os 17 setores de sua única mesorregião (DF1 – Distrito Federal), observam-se no Distrito Federal 6 pontos de dinamismo dos empregos criativos⁷ (35% do total de setores presentes no estado). Rondônia, por sua vez, possui duas mesorregiões, que, somadas, possuem 34 setores, onde 11 deles são caracterizados pelo dinamismo dos empregos criativos⁸ (32% do total).

Vale ressaltar que a quantidade de estados com setores VCNE, evidencia um potencial muito grande para os empregos criativos das mesorregiões pertencentes à essas unidades federativas (DF e RO). Já os dois estados que apresentam maior proporção de setores com VCNE em relação ao total de suas mesorregiões são os estados do Ceará e Pernambuco. A unidade federativa do Ceará apresenta um total de 7 mesorregiões, e um total de 81 setores entre elas apresenta tendência ao dinamismo de seus empregos criativos (68% do total de setores), como por exemplo TEL - Telecomunicações, PPM – Publicidade e Pesquisa de Mercado, e OAP - Outras Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas, que apresentam VCNE em todas as mesorregiões cearenses. Já a unidade federativa de Pernambuco, que apresenta um total de 5 mesorregiões, apresenta 52 setores com VCNE (61% do total), com destaque nos setores EEI - Edição e Edição Integrada à Impressão, TEL - Telecomunicações, e AST - Atividades dos Serviços de Tecnologia da Informação, sendo que este último apresenta tendência ao dinamismo em todas as mesorregiões do estado.

No que se trata dos estados que apresentam setores com mais tendência à estagnação dos empregos criativos, pode-se perceber que os que apresentam resultados mais expressivos são os estados do Tocantins, Mato Grosso do Sul e o próprio Distrito Federal. Tocantins possui

⁷ EEI, ART, APS, PDC, PPM, e OAP

⁸ O estado de Rondônia apresenta duas mesorregiões, sendo que RO1 - Madeira-Guaporé possui VCE nos setores EEI, ART, TEL, PDC e ALP, enquanto RO2 - Leste Rondoniense possui VCE nos setores CAV, IRG, EEI, ACP, OAP e AAC.

2 mesorregiões, e 9 delas apresentam setores com DCE (26% do total de 34 setores das mesorregiões), entre eles EEI - Edição e Edição Integrada à Impressão, por exemplo. Mato Grosso do Sul, por sua vez, apresenta 18 setores com DCE, de um total de 68 setores entre suas 4 mesorregiões (26% do total), destaque para os setores CAV - Confecção de Artigos do Vestuário e Acessórios e IRG - Impressão e Reprodução de Gravações.

No caso de Tocantins, sua mesorregião mais afetada pela estagnação é TO2 – Oriental do Tocantins, onde se localiza a capital do estado, Palmas, e que possui 7 setores criativos, do total de 17 selecionados, caracterizados por DCE. Carvalho (2020), ao analisar a economia criativa de Palmas, indica que, no período de 2010 a 2017, indica um lento crescimento dos empregos criativos da cidade ao longo dos anos, chegando a diminuir a partir de 2015. De acordo com a autora, a predominância de atividades do setor público e agronegócio como principais atividades econômicas do estado e da capital seja responsável pela falta de evidência das atividades criativas da região, e conseqüentemente, a falta de investimentos destinados à essas atividades.

Já no Mato Grosso do Sul, uma das causas para a estagnação dos setores criativos do estado pode estar na ausência de institucionalização da Economia Criativa. De acordo com Teixeira, Teixeira e Benini (2019), a primeira vez que o termo Economia Criativa aparece nos documentos oficiais disponíveis no Diário Oficial do estado de Mato Grosso do Sul é em 19 de agosto de 2013 através da Portaria de n. 44 (MATO GROSSO DO SUL, 2013). No entanto, somente em 2015, a partir da Lei n. 4.806, de 21 de dezembro (MATO GROSSO DO SUL, 2015) que a Economia Criativa começa a ser de fato institucionalizada, indicando o claro interesse do governo em desenvolver essas atividades através de políticas públicas a partir do Plano Plurianual, para o período de 2016 a 2019.

O estado do Amazonas possui 4 mesorregiões, somando um total de 68 setores criativos entre elas, onde 19 deles apresentam DCNE (28% do total de setores). Já o estado de Santa Catarina possui 102 setores criativos entre suas 6 mesorregiões, sendo 29 deles caracterizados por DCNE, representado 28% do total de setores do estado. Sendo três dos quatro estados com mais setores com DCNE entre suas mesorregiões da região Norte, é importante uma breve reflexão dos motivos que justificam tal característica, principalmente no que se trata de políticas públicas voltadas ao fomento da economia criativa dessas localidades. Evocando os APLs novamente, por exemplo, tem-se que apenas 4 delas, de um total de 27, contemplaram a região Norte, em apenas quatro de seus estados (sendo um deles a Amazônia), tendo como principal foco atividades voltadas ao artesanato (LEITÃO; MACHADO, 2016).

É interessante notar que as atividades de setores relacionados à artesanato e manufatura, como FPT e CAV, por exemplo, possuem tendência ao dinamismo nesses três estados com piores indicadores. Enquanto isso, setores com atividades que necessitam de maior especialização, infraestrutura e investimento, como PPM, e AAC, estão entre as que mais sofrem com estagnação nessas localidades. Observando os setores criativos em si, como mostram o Quadro 4 e o Gráfico 3 abaixo, é evidenciado que, entre os 17 setores criativos e as 137 mesorregiões selecionadas, 18 – Impressão e Reprodução de Gravações e ART - Atividades de Rádio e de Televisão são as atividades que mais apresentam pontos de dinamismo dos empregos criativos no país. Respectivamente, 43 e 46 mesorregiões do país apresentam VCE nesses setores, correspondendo a 31% e 34% do total do país. As atividades que apresentam menos dinamismo dos empregos criativos no país, por sua vez, são FPT - Fabricação de Produtos Têxteis, PCF - Preparação de Couros e Fabricação de Artefatos de Couro, Artigos para Viagem e Calçados e ACP - Atividades Cinematográficas, Produção de Vídeos e de Programas de Televisão sendo possível observar, respectivamente 40, 41 e 43 mesorregiões brasileiras caracterizadas por DCNE, correspondendo a 29%, 30% e 31% do total do País.

É relevante, ainda, notar que, apesar de setores possuírem atividades similares, suas dinâmicas durante o período de análise podem se caracterizar de maneiras completamente diferentes.

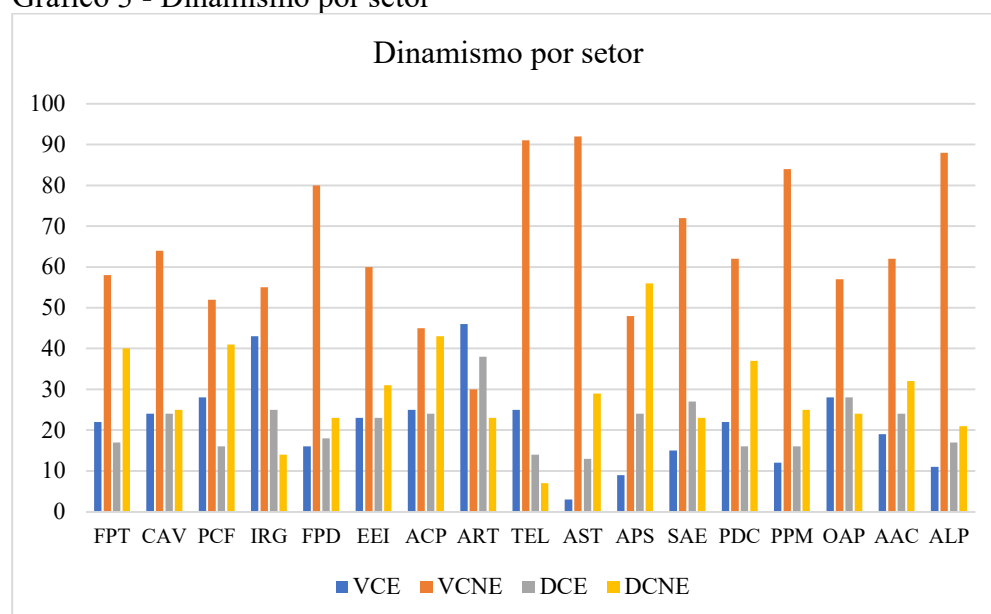
Aqui, tem-se, por exemplo, que, ao mesmo tempo que IRG e ART apresentam alguns dos maiores dinamismos de emprego entre mesorregiões brasileiras, ACP apresenta um dos maiores números de observações de DCNE em território nacional. Além disso, se tratando de setores relacionados à área de Mídia, ao considerar o que foi levantado pela Firjan (2016), tem-se que os empregos relacionadas a atividades desse núcleo reduziram pouco mais de 15% no período de 2013 a 2015, evidenciando mais ainda a contradição de atividades tão próximas desempenharem de maneiras tão distintas.

Quadro 5 – Dinamismo por setor

	VCE	VCNE	DCE	DCNE	Total
FPT	22	58	17	40	137
CAV	24	64	24	25	137
PCF	28	52	16	41	137
IRG	43	55	25	14	137
FPD	16	80	18	23	137
EEI	23	60	23	31	137
ACP	25	45	24	43	137
ART	46	30	38	23	137
TEL	25	91	14	7	137
AST	3	92	13	29	137
APS	9	48	24	56	137
SAE	15	72	27	23	137
PDC	22	62	16	37	137
PPM	12	84	16	25	137
OAP	28	57	28	24	137
AAC	19	62	24	32	137
ALP	11	88	17	21	137
Total	371	1100	364	494	2329

Fonte: elaboração própria.

Gráfico 3 - Dinamismo por setor



Fonte: elaboração própria.

Destarte, é possível notar que grande parte dos setores de atividades apresenta bons resultados no que se trata à tendência ao dinamismo dos empregos criativos. Entre eles, os que mais se destacam são TEL - Telecomunicações, AST - Atividades dos Serviços de Tecnologia

da Informação, OAP - Outras Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas e ALP - Atividades Ligadas ao Patrimônio Cultural e Ambiental, que, entre as 137 mesorregiões brasileiras, apresentam VCNE em, respectivamente 91, 92, 84 e 88 delas (66%, 67%, 61% e 64% do total de mesorregiões). Já as atividades que mais apresentam tendência à estagnação dos empregos criativos são ART - Atividades de Rádio e de Televisão, que também é uma das mais dinâmicas do país, SAE - Serviços de Arquitetura e Engenharia e OAP - Outras Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas, apresentando, respectivamente, 38, 27 e 28 mesorregiões com DCE (28%, 20% e 20% do total).

Na região Norte, por exemplo, entre as suas 20 mesorregiões, apenas duas não apresentam setores com VCE, e apenas uma não apresenta nenhum setor com DCE. Entre elas, as regiões que mais se destacam no que tange ao dinamismo dos empregos criativos de seus setores são a Sudoeste Amazonense e a Metropolitana de Belém, onde cada apresenta 8 setores com VCE. Já as mesorregiões que apresentam menos dinamismo são Norte Amazonense, Marajó - justamente as duas mesorregiões que não apresentam VCE-, e Norte do Amapá, que possuem, respectivamente, 7, 8 e 9 setores com DCNE.

As mesorregiões nortistas que mais possuem setores com tendência à estagnação dos empregos criativos são Madeira-Guaporé, Centro Amazonense, e Oriental do Tocantins, com, respectivamente, 5, 5 e 7 setores com DCE. Enquanto isso, as mesorregiões que mais apresentam tendência ao dinamismo dos empregos criativos de seus setores são AC1 - Vale do Juruá, Sudoeste Amazonense, Sul de Roraima – que é a mesorregião que não possui setores com DCE, e Marajó, possuindo, respectivamente, 9, 9, 9 e 12 setores caracterizados por VCNE. Os setores que mais apresentam dinamismo de seus empregos criativos nas mesorregiões da região Norte são os seguintes: ART - Atividades de Rádio e de Televisão e TEL - Telecomunicações, enquanto os que mais apresentam tendência ao dinamismo são os FPT, CAV, PCF e ALP. Já os setores que mais apresentam pontos de estagnação são os AST e PDC, enquanto os que mais apresentam tendência a estagnação são os OAP - Outras Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas e o próprio ART - Atividades de Rádio e de Televisão.

Ao se contrastar esses resultados com o que é apresentado pela Firjan (2016), observam-se contradições interessantes. Por exemplo, mesmo com setores com atividades relacionadas a pesquisa e tecnologia estarem entre os que mais apresentam maiores desvantagens competitivas nas mesorregiões do Norte, a participação dos profissionais desses setores na indústria criativa de cada estado nortista em 2015 é de, no mínimo, 27%, sendo a maior no caso da Amazônia, com aproximadamente 37% (FIRJAN, 2016).

Já entre as 42 mesorregiões da região Nordeste, três não apresentam setor com VCE dos empregos criativos, nove não apresentam setores com DCE, e quatro não apresentam setores com DCNE. Todas as mesorregiões nordestinas apresentam setores com VCNE, sendo CE2 - Norte Cearense e SE2 - Agreste Sergipano as que mais se observam pontos onde há tendência ao dinamismo, com, respectivamente, 15 e 13 setores cada, além de serem duas das mesorregiões que não apresentam setores com DCE.

A mesorregião de Leste Alagoano é a que mais apresenta setores criativos com VCE, com 9 deles sendo caracterizados pelo dinamismo dos empregos. Em relação às desvantagens competitivas, Leste Sergipano, Leste Maranhense e Metropolitana de Salvador são as que mais apresentam setores com DCE, com, respectivamente, 6, 5 e 5 observações. As mesorregiões em que mais se observam setores com DCNE não as Agreste Potiguar, Leste Potiguar e Nordeste Baiano, sendo esta última uma das mesorregiões que não apresentam setores com DCE, com 7 setores cada.

Os setores que mais apresentam dinamismo de seus empregos criativos nas mesorregiões da região Nordeste são os PCF - Preparação de Couros e Fabricação de Artefatos de Couro, Artigos para Viagem e Calçados, IRG - Impressão e Reprodução de Gravações e ART - Atividades de Rádio e de Televisão. Já os setores com mais observações de VCNE são

os FPD, TEL e ALP. Entre os setores em que mais se observam desvantagens competitivas, tem-se os ART e OAP entre que apresentam mais DCE e os ACP - Atividades Cinematográficas, Produção de Vídeos e de Programas de Televisão e APS - Atividades de Prestação de Serviços de Informação entre os que apresentam mais DCNE.

Assim como no caso do Norte, as mesorregiões dos estados da região Nordeste também apresentam contrastes interessantes. Ainda tomando atividades relacionadas a pesquisa e tecnologia como exemplo, temos que na região os empregos desses setores apresentam maiores proporções de estagnação. Contudo, ao se observar os resultados descritos pelo relatório da Firjan (2016), nota-se que, mesmo com estagnação, essas atividades representaram pelo menos 20% da participação na Indústria Criativa dos estados nordestinos em 2015. No entanto, é importante ressaltar que também há desigualdades entre esses estados, onde há estados como a Paraíba, com apenas 20% de participação, e estados como Sergipe, com 37% (FIRJAN, 2016). Na região Sudeste, de um total de 37 mesorregiões, quatro delas não apresentam um único setor com VCE, enquanto três não apresentam setores com observações de DCE. É interessante notar que todas as mesorregiões do sudeste possuem setores criativos com tendência ao dinamismo e setores estagnados.

As mesorregiões Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e Metropolitana do Rio de Janeiro são as que mais apresentam mais dinamismo de empregos criativos em relação às demais, onde cada um apresenta 6 setores com VCE. Em relação às mesorregiões com mais setores com VCNE, se destacam Assis, sendo esta uma das mesorregiões sem setores com DCE, Macro Metropolitana Paulista e Zona da Mata, com, respectivamente, 12, 11 e 11 setores criativos com tendência ao dinamismo de seus empregos.

Se tratando das mesorregiões com mais desvantagens competitivas e tendência à estagnação,

Os setores que mais apresentam dinamismo de seus empregos criativos nas mesorregiões da região Sudeste são FPT - Fabricação de Produtos Têxteis, CAV - Confecção de Artigos do Vestuário e Acessórios e IRG - Impressão e Reprodução de Gravações, enquanto os setores que mais apresentam tendência ao dinamismo são TEL, AST e PPM. Já os setores que mais apresentam pontos de estagnação são FPT, PCF e APS, enquanto os que mais apresentam tendência a estagnação são os ART - Atividades de Rádio e de Televisão e OAP - Outras Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas.

Ao analisar a conjuntura dessas atividades no estado de São Paulo, por exemplo, tem-se que o comportamento do dinamismo dos empregos nesses setores destacados em toda região Sudeste se dá de maneira semelhante nas mesorregiões paulistas. Assim como em toda a região, os setores TEL – Telecomunicações e AST - Atividades dos Serviços de Tecnologia da Informação possuem bastante dinamismo nas mesorregiões do estado, bem como os empregos do setor ART - Atividades de Rádio e de Televisão apresentam vários pontos de tendência a estagnação e estagnação. O setor APS, mesmo apresentando muitos pontos de tendência a estagnação no estado de São Paulo, assim como em toda a região, ainda possui mais mesorregiões com VCNE.

De acordo com o que foi apresentado por Aducci e Novais (2019), a distribuição do emprego dessas atividades relacionadas a Tecnologia da Informação e Mídia no estado de São Paulo se alterou muito pouco. No período de 2012 a 2016, os empregos criativos, dentro do total da indústria criativa do estado, nos setores de TI cresceram quase 6%, enquanto os dos setores de Mídia decaíram em mais de 2% (ADUCCI; NOVAIS, 2019). Talvez a diferença de dinamismo desses empregos entre as mesorregiões paulistas possa justificar essa pouca variação da distribuição deles no estado.

Assim como as mesorregiões do Sudeste, também existem mesorregiões sulistas, de um total de 23, que não apresentam setores com VCE (duas) e mesorregiões que não apresentam setores com DCE (três). Dessa forma, todas as mesorregiões apresentam setores com VCNE e DCNE. O Noroeste Rio-grandense é a mesorregião sulista com mais setores criativos com

dinamismo de seus empregos, contabilizando 6. Noroeste Paranaense e Centro Oriental Rio-grandense são as mesorregiões que mais apresentam setores com VCNE, observando, respectivamente, 14 e 13 em cada localidade.

Os setores criativos que mais apresentam mais observações de VCE nas mesorregiões da região Sul são os CAV - Confecção de Artigos do Vestuário e Acessórios e ART - Atividades de Rádio e de Televisão, enquanto os setores que apresentam mais tendência ao dinamismo são os AST, SAE e PPM. O setor CAV também é o que mais apresenta mesorregiões com DCE, e os setores PCF - Preparação de Couros e Fabricação de Artefatos de Couro, Artigos para Viagem e Calçados, ACP - Preparação de Couros e Fabricação de Artefatos de Couro, Artigos para Viagem e Calçados e APS - Atividades de Prestação de Serviços de Informação são os que mais estão estagnados entre as mesorregiões sulistas.

Na região Sul, assim como em diversas outras localidades do país, o dinamismo de empregos criativos pode ser encontrado em mesorregiões que abrigam cidades bem distintas entre si, não em necessariamente polos econômicos já estabelecidos. O Noroeste Rio-grandense, por exemplo, é a mesorregião com mais setores criativos com VCE, e possui municípios com tamanhos variados, que vão desde cidades com 10 mil habitantes a cidades com 150 mil habitantes (IBGE, 2021c). Assim como De Bem, Araujo e Waismann (2017) evidenciaram, estudando a economia criativa da Região Metropolitana de Porto Alegre, é possível fazer com que essas atividades se tornem uma válvula para o desenvolvimento regional. Por fim, as mesorregiões da região Centro-Oeste não apresentam resultados díspares entre si. Todas apresentam setores criativos com VCE, VCNE e DCE, e quatro delas não apresentam nenhum setor com DCNE. O Norte Mato-grossense (MT1) é a mesorregião que mais apresenta setores com VCE, onde observam-se 8 setores com dinamismo de seus empregos criativos, e não apresenta setores com DCNE. Centro Goiano, Sudeste Mato-grossense e Leste de Mato Grosso do Sul são as que mais apresentam setores criativos com tendência ao dinamismo de empregos, tendo, respectivamente, 12, 11 e 10 setores com VCNE.

Os setores que mais apresentam dinamismo de seus empregos criativos nas mesorregiões da região Centro-Oeste são IRG - Impressão e Reprodução de Gravações e OAP - Outras Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas, enquanto os que mais apresentam tendência ao dinamismo são PCF e FPD. Já os setores mais estagnados são FPT e CAV, e os que mais apresentam tendência à estagnação são ACP - Atividades Cinematográficas, Produção de Vídeos e de Programas de Televisão e ART - Atividades de Rádio e de Televisão. No caso da região Centro-Oeste, por exemplo, o estado de Goiás, que possui diversos pontos de VCNE em suas mesorregiões, ao mesmo tempo que outros setores apresentam estagnação ou tendência à estagnação. De acordo com Leite e Silvestre (2019), em 2014, setores culturais e criativos representavam cerca de 7% da economia do estado, ao mesmo tempo que tais atividades eram expressivas somente em algumas localidades.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como objetivo caracterizar o dinamismo dos empregos dos setores criativos das 137 mesorregiões brasileiras, no recorte temporal de 2010 a 2015, com intuito de captar algum possível efeito da criação da Secretaria da Economia Criativa, que foi instaurada nesse período. Aplicando o Método Diferencial-Estrutural, ou *shift-share*, aos dados sobre emprego disponíveis no portal da RAIS/TME e aos 17 setores criativos selecionados através da classificação CNAE 2.0, foi possível determinar, as mesorregiões do país, se essas atividades são caracterizadas por Vantagens Comparativas Especializadas (VCE), Vantagens Comparativas Não Especializadas (VCNE), Desvantagens Comparativas Especializadas (DCE) ou Desvantagens Comparativas Não Especializadas (DCNE), a partir da variação do emprego nesses setores.

Observou-se, portanto, que, para esse período, há muitos setores com VCNE entre as mesorregiões de todo o país. Contudo, ao mesmo tempo, identificou-se um número reduzido

de setores com VCE, que por sua vez, é semelhante ao número de setores com DCE. O número de setores DCNE, por sua vez, também é expressivo. Os principais setores dinâmicos identificados em todo território nacional foram IRG - Impressão e Reprodução de Gravações e ART - Atividades de Rádio e de Televisão. Os setores menos dinâmicos são ACP - Atividades Cinematográficas, Produção de Vídeos e de Programas de Televisão e APS - Atividades de Prestação de Serviços de Informação.

Ao analisar as mesorregiões agrupadas em suas unidades federativas e macrorregiões, é possível notar algumas especializações específicas de cada território e certas disparidades. As mesorregiões da região Norte possuem mais vantagens nos setores ART - Atividades de Rádio e TEL - Telecomunicações. As da região Nordeste também possuem vantagens em ART - Atividades de Rádio, mas também são dinâmicas em PCF - Preparação de Couros e Fabricação de Artefatos de Couro, Artigos para Viagem e Calçados e FPT - Fabricação de Produtos Têxteis. A região Sudeste possui mais dinamismo nos setores FPT - Fabricação de Produtos Têxteis, CAV - Confecção de Artigos do Vestuário e Acessórios e IRG - Impressão e Reprodução de Gravações de suas mesorregiões, enquanto a região Sul é mais expressiva somente no setor ART - Atividades de Rádio. Por fim, as mesorregiões da região Centro-Oeste possuem mais dinamismo no setor OAP - Outras Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas.

Apesar de ter sido possível a obtenção de um panorama abrangente sobre os empregos dos setores criativos desse período em todo território nacional, é importante ressaltar as limitações do trabalho. O trabalho capta apenas a variação dos empregos formais, além de ser restrito apenas às mesorregiões brasileiras, não explorando recortes regionais mais profundos. O recorte temporal também restringe os impactos dos resultados, pois períodos mais recentes não são abordados. Os resultados apresentados, por sua vez, contribuem para a literatura empírica da Economia Criativa do País. As análises exploratórias realizadas na pesquisa podem fornecer um diagnóstico geral para a elaboração e formulação de políticas públicas voltadas às atividades criativas do país, sejam em níveis nacionais, regionais ou estaduais. Por sua vez, ressalta-se a importância da Secretaria da Economia Criativa para o período analisado, especialmente nas mesorregiões nordestinas e em diversas outras mesorregiões do Norte. Mesmo não possuindo um número absoluto de setores com VCE, muitas destas mesorregiões apresentam VCNE em seus empregos criativos em grande parte de seus setores criativos, como é o caso de PA6 – Sudeste Paraense, PE2 – São Francisco Pernambucano, e CE2 – Norte Cearense.

No entanto, é curioso notar que existe uma disparidade bem clara entre o dinamismo dos setores das mesorregiões brasileiras, sendo possível observar esse efeito em todos os estados do país. Mesmo entre as que se localizam no mesmo estado, é muito comum observar que, enquanto algumas se especializam em atividades que exigem maior conhecimento técnico, como atividades dos setores “Atividades dos Serviços de Tecnologia da Informação”, “Pesquisa e Desenvolvimento Científico” e “Outras Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas”, por exemplo, outras possuem seu dinamismo voltado à setores de atividades como FPT - Fabricação de Produtos Têxteis, CAV - Confecção de Artigos do Vestuário e Acessórios e PCF - Preparação de Couros e Fabricação de Artefatos de Couro, Artigos para Viagem e Calçados.

Por fim, futuras contribuições à literatura da área poderiam analisar os efeitos da Secretaria Criativa de maneira mais aprofundada, observando outros recortes regionais, como as microrregiões, e em recortes de tempos diferentes. Destarte, por intermédio de estudos econométricos haverá possibilidade de quantificar os efeitos das políticas públicas advindas da SEC, expondo de maneira mais detalhada seus pontos positivos e possíveis falhas. Dessa forma, seria possível identificar pontos de melhoria nas áreas de atuação destas políticas nas mais diversas localidades do país, e reformulá-las de forma a explorar melhor os setores criativos dinâmicos de cada região, ao mesmo tempo que os setores mais estagnados também fossem ajudados, gerando mais empregos.

REFERÊNCIAS

- ACCIOLI, Claudio et al. Can Brazil become a creative economy? **The Brazilian Economy**, [S.l.], v.3, n.9, p. 20–28, Setembro 2011. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/be/article/view/22713>>.
- ADDUCI, Cássia Chrispiniano; NOVAIS, Luis Fernando. Economia Criativa no Estado de São Paulo: conceitos e indicadores. *Ensaio & Conjuntura*, p. 8, 2019. Disponível em: <http://www.cultura.sp.gov.br/StaticFiles/SEC/ArquivosComuns/EconomiaCriativa_Dados_Firjan_PNAD.pdf>.
- BENDASSOLLI, Pedro F. Estudo exploratório sobre indústrias criativas no Brasil e no estado de São Paulo. **Fgv-Eaesp/Gvpesquisa**, p. 95, 2007. Disponível em: <<http://gvpesquisa.fgv.br/publicacoes/gvp/estudo-exploratorio-sobre-industrias-criativas-no-brasil-e-no-estado-de-sao-paulo>>.
- BENDASSOLLI, Pedro F.; WOOD JR., Thomaz; KIRSCHBAUM, Charles and CUNHA, Miguel Pina e. Indústrias criativas: definição, limites e possibilidades. **Rev. adm. empres.** [online], vol.49, n.1, pp.10-18, 2009.
- BRASIL. Decreto nº 7.743, de 31 de maio de 2012. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Cultura. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/D7743.htm>.
- BRASIL. Decreto nº 8.837, de 17 de agosto de 2016. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Cultura, remaneja cargos em comissão e funções gratificadas e substitui cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superior - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo Federal – FCPE. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8837.htm#art9>.
- BRASIL. Ministério da Cultura. **Plano da Secretaria da Economia Criativa: políticas, diretrizes e ações: 2011 a 2014**. 2. ed. rev. Brasília, DF, 2011.
- CARVALHO, Aline Barbosa de. Estudo sobre a indústria criativa em Palmas- TO. 41 f. Monografia (Graduação) Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2020. Disponível em: <<http://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/3345>>.
- COSTA, Armando Dalla; DE SOUZA-SANTOS, Elson Rodrigo. Economia criativa no Brasil: quadro atual, desafios e perspectivas. **Revista Economia & Tecnologia**, v. 7, n. 4, p. 151–160, 2011.
- DEBEM, Judite Sanson; ARAUJO, Margarete Panerai; WAISMANN, Moisés. Inovação, Economia Criativa e Desenvolvimento: aproximação para a Região Metropolitana de Porto Alegre entre 2006 e 2013. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, v. 38, n. 132, p. 107-129, 2017.
- DE FIGUEIREDO, João Luiz et al. The development potential index of creative economy for Brazilian federal state capitals. **Creative Industries Journal**, v. 12, n. 2, p. 185–203, 2019.
- DE MARCHI, L. Análise do Plano da Secretaria da Economia Criativa e as transformações na relação entre Estado e cultura no Brasil. *Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, São Paulo, v. 37, n. 1, p. 193-215, jan./jun. 2014.
- FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – FILHO, José Alexandre Ferreira; LIMA, Tatiane Gonçalves De; LINS, Anthony José da Cunha Carneiro. Economia Criativa: Uma Análise Sobre O Crescimento Do Mercado Das Indústrias Criativas. **Comunicação & Inovação**, v. 20, n. 42, p. 4–21, 2019.
- FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – FIRJAN. **Mapeamento da Indústria Criativa no Brasil**, [S.l.], [s.n], 2014. Disponível em: <<https://www.firjan.com.br/EconomiaCriativa/downloads/MapeamentoIndustriaCriativa-Firjan2014.pdf>>. Acesso em 25 de fevereiro de 2021.
- FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – FIRJAN. **Mapeamento da Indústria Criativa no Brasil**, [S.l.], [s.n], 2016. Disponível em: <<https://www.firjan.com.br/EconomiaCriativa/downloads/MapeamentoIndustriaCriativa-Firjan2016.pdf>>. Acesso em 25 de fevereiro de 2021.
- FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – FIRJAN. **Mapeamento da Indústria Criativa no Brasil**, [S.l.], [s.n], 2019. Disponível em: <<https://www.firjan.com.br/EconomiaCriativa/downloads/MapeamentoIndustriaCriativa.pdf>>. Acesso em 25 de fevereiro de 2021.
- FLORIDA, Richard. **The Rise of the Creative Class, Revisited: Revised and Expanded**. Nova York: Basic Books, 2012.
- FRANCIS, Joy. A case for channelling creative industries into a viable industry sub-sector within a diversified economy in Trinidad and Tobago. **Creative Industries Journal**, v. 8, n. 1, p. 24–38, 2015.
- GALETE, Reginaldo Aparecido. Uma Aplicação do Método Estrutural-Diferencial Modificado para a Microrregião de Maringá (PR) frente à economia paranaense no período de 1994 a 2008. *Revista Estudos do CEPE*, Santa Cruz do Sul, n. 33, p.55-92, 2011.
- GOUVEA, Raul et al. The creative economy, innovation and entrepreneurship: an empirical examination. **Creative Industries Journal**, v. 0, n. 0, p. 1–40, 2020.
- HANSON, Dennis. Indústrias Criativas. **Sistemas & Gestão**, v. 7, p. 222–238, 2012.
- HARTLEY, John. **Creative Industries**. 1. ed. [S.l.]: Blackwell Publishing Ltd, 2005.

- HARTLEY, John; POTTS, Jason; CUNNINGHAM, Stuart; FLEW, Terry; KAENE, Michael; BANKS, John. **Key Concepts in Creative Industries**. [S.l.]: SAGE, 2013.
- HOWKINS, John. **The Creative Economy: How People Make Money From Ideas**. Londres: Penguin Books, 2002.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Divisão do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas. [S.l.]: IBGE, 1990. v. 1.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Introdução à Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE Versão 2.0 - Subclasses para uso da administração pública. Conselho Nacional de Classificação. 2007. [S.l.]. Disponível em: <http://concla.ibge.gov.br/images/concla/documentacao/CNAE20_Subclasses_Introducao.pdf>. Acesso em: 26 de julho de 2021.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD. 2021. [S.l.]. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em: 10 de março de 2021.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua. 2021. [S.l.]. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em: 10 de março de 2021.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Conheça as Cidades do Brasil. 2021. [S.l.]. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br>>.
- KANNEBLEY JUNIOR, Sergio; PORTO, Geciane. Incentivos Fiscais à Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação no Brasil: uma avaliação das políticas recentes. **BID - Documento Para Discussão #IDP-DP-236**, [S.l.], p. 1-57, Setembro 2012.
- LEITÃO, Cláudia; MACHADO, Ana Flávia. **Por Um Brasil Criativo: Significados, Desafios e Perspectivas da Economia Criativa Brasileira**. [S.l.: s.n.]. BDMG Cultural, 2016.
- LEITE, Aline Tereza Borghi; SILVESTRE, Juliano de Castro. Economia da cultura: uma possibilidade de desenvolvimento regional para o estado de Goiás. **Desenvolvimento Regional em Debate**, v. 9, n. 1, p. 126-142, 2019.
- MATO GROSSO DO SUL (MS). Portaria n. 044, de 19 de agosto de 2013. Homologa para a III Conferência Estadual de Cultura de Mato Grosso do Sul o seu Regimento Interno. 2013. Disponível em: <http://www.spdo.ms.gov.br/diariodoe/Index/Download/DO8500_22_08_2013>.
- MATO GROSSO DO SUL (MS). Lei n. 4.807, de 21 de dezembro de 2015. Estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 2016. 2015e. Disponível em: <<http://www.transparencia.ms.gov.br/Content/Cademo/Cademo%20LOA%202016%20Definitivo.pdf>>.
- MINISTÉRIO DO TURISMO. Secretaria Especial da Cultura. 2021. [S.l.]. Disponível em: <<https://www.gov.br/turismo/pt-br/composicao/secretaria-especial-da-cultura>>. Acesso em:
- OLIVEIRA, João Maria De; ARAUJO, Bruno Cesar De; SILVA, Leandro Valério. Panorama da Economia Criativa no Brasil. **IPEA - 1880 Texto para discussão**, p. 54, 2013.
- PEREIRA, André da Silva. O Método Estrutural-Diferencial e suas reformulações. *Revista Teoria e Evidência Econômica*, v. 5, n. 9, p. 91-103, 1997.
- QUERETTE, Emanuel. O problema da política pública e o Plano da Secretaria de Economia Criativa. **Políticas Culturais em Revista**, v. 10, n. 2, p. 189-211, 2017.
- RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS. O que é RAIS?. 2021. [S.l.]. Disponível em: <<http://www.rais.gov.br/sitio/sobre.jsf>>. Acesso em: 10 de março de 2021.
- REIS, Paula Cristiane Gianini et al. O processo de institucionalização da economia criativa no Brasil. **Diálogo com a Economia Criativa**, v. 4, n. 2, p. 52, 2017.
- SHAFI, Ajobush Argaw; SIRAYI, Mziwoxolo; ABISUGA-OYEKUNLE, Oluwayemisi Adebola. Issues, challenges and contributions of cultural and creative industries (CCIs) in South African economy. **Creative Industries Journal**, v. 13, n. 3, p. 259-275, 2020.
- SIMÕES, Rodrigo. **Métodos de análise regional e urbana: diagnóstico aplicado ao planejamento**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFMG. 2005. (Texto para Discussão, n. 259). Disponível em: <<http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20259.pdf>>. Acesso em: 19 de março de 2021.
- TEIXEIRA, Vanessa Panheri; TEIXEIRA, William; BENINI, Elcio Gustavo. A institucionalização da Economia Criativa no estado de Mato Grosso do Sul. **Interações (Campo Grande)**, v. 20, p. 1235-1248, 2019.
- UNCTAD. **Relatório de economia criativa 2010: economia criativa uma opção de desenvolvimento**. Brasília: Secretaria da Economia Criativa/Minc, 2010. Disponível em: <<http://www.unctad.org/creative-economy>>.